ENFERMAGEM REVISTA

ARTIGO ORIGINAL

GRUPOS AUTÔNOMOS COMO ESPAÇO DE EMANCIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MULHER

Group one space for emancipation, valuation and recue of women

Angela Roberta Alves Lima[1], Crislaine Barcellos Lima[2], Rosa Lia Barbieri[3], Rita Maria Heck[4]

RESUMO
Compreender um grupo autônomo de agricultoras como espaço de emancipação, valorização e resgate do trabalho da mulher rural. Pesquisa de abordagem qualitativa, realizada no interior de Pelotas, RS. A interpretação dos dados seguiu o referencial antropológico interpretativo. Os dados evidenciaram que as mulheres não aceitaram permanecer no lugar que lhes foi atribuído: a casa e seus arredores. Ao organizarem uma dinâmica de resistência e fortalecimento, formaram um espaço de exercício da cidadania, de valorização do papel da mulher na família, na sociedade. Ao longo de duas décadas esse grupo tornou-se agente de transformação da realidade, propiciando o estabelecimento de um ambiente mais saudável para viver, assegurando as condições necessárias para a manutenção dessas famílias nas propriedades rurais.

Palavras-chave: Saúde Rural, População Rural, Grupo Social, Feminismo.

ABSTRACT: Understand of one autonomous group of women farmers as space for emancipation, valorization and rescue of rural work women's. Qualitative research with one group of women farmers. The interpretation of the data followed the interpretative anthropological reference. The data showed that the women farmers did not accept to remain in the place assigned to them: the house and its surroundings. By organizing a dynamic of resistance and strengthening, they formed a space for exercising citizenship, valuing the role of women in the family, in society, which contributed to the promotion of health and quality of life. Over the past of two decades this group has become an agent of transformation of reality, promoting the establishment of a healthier environment for living, ensuring the necessary conditions for the maintenance of these families in rural properties.

Keywords: Rural Health, Rural Population, Social Group, Feminism.

1 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da UFPel. Prefeitura Municipal de Pelotas.
2 Doutora em Fitosanitária. Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.
3 Doutora em Genética e Biologia Molecular. Pesquisadora da Embrapa clima Temperado.
4 Doutora em Enfermagem. Docente da Universidade Federal de Pelotas.

INTRODUÇÃO

O processo de reflexão e reinterpretação das relações sociais entre homens e mulheres teve início no século XX. A primeira década ficou marcada pela luta das mulheres por direitos ao voto, ao acesso à educação e à propriedade privada. Esse movimento perdurou até a década de 30, perdendo força gradativamente a partir de então[1,2].

Somente na década de 60 retomou-se esse processo, tendo como referência a obra de Simone de Beauvoir[3], que evidencia que "não se nasce mulher, se torna mulher". Passou-se a questionar a subordinação da mulher, sua origem e manutenção na sociedade. Nos EUA e na Europa surgiu um cenário propício aos movimentos libertários que buscavam não somente dar espaço à mulher na sociedade, mas também uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres[1,2].

No Brasil, nesse período, também ocorreram manifestações em prol dos direitos das mulheres, que logo foram sufocadas pelo golpe militar de 64. Esse movimento permaneceu latente até os anos 80, quando, devido ao processo de redemocratização e ao retorno das mulheres exiladas na década de 60, que haviam tido contato com o feminismo europeu, principalmente o francês, retomou força e reiniciaram as reflexões sobre a condição da mulher e a luta por igualdade de direitos[1,2]. Em todas as regiões do país inúmeros grupos e movimentos populares de mulheres se organizaram, com o objetivo de tratar de temas como o direito ao trabalho, à terra, à saúde, à aposentadoria rural, à igualdade no casamento e o fim da violência intrafamiliar[2].

Esses movimentos contribuíram para que a população rural, em especial a mulher, conquistasse direitos antes restritos ao homem, como a aposentadoria rural, promovendo a autonomia econômica e a igualdade das trabalhadoras rurais. Tema que tornou a notoriedade, nos dias atuais, diante da perspectiva da perda de direitos adquiridos, com a proposta de mudança na forma de concessão de aposentadorias rurais e na idade mínima necessária para ter acesso à aposentadoria, apresentada pelo Governo Federal. E coloca em evidencia a necessidade de manter as articulações e mobilizações não apenas em busca de novas conquistas, mas para a manutenção dos direitos adquiridos.

Desde o início dos movimentos sociais e de mulheres trabalhadoras rurais, foram implementadas diversas políticas públicas, específicas para as mulheres rurais, do campo e da floresta. No entanto, conforme aponta a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta (PNIPCF)[4], o Brasil ainda apresenta disparidades na distribuição da riqueza, no deficit de emprego, moradia digna, serviços

de saúde, educação, nos mecanismos de participação popular, na construção das políticas públicas e nas relações ambientais sustentáveis. Esses fatores exercem influência direta sobre a qualidade de vida das mulheres rurais que, segundo dados do Ministério da Saúde, são as que mais sofrem com casos de violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e cárcere privado[4].

No meio rural permanece o ideário de família nuclear, com papéis bem divididos entre os membros, tendo o homem como "chefe" da família[5]. O espaço dos homens é o da esfera pública, o bar, o futebol, reuniões de sindicatos/associações e a comercialização da produção. O das mulheres é da esfera doméstica, do cuidado da casa, da horta, das crianças[6]. O produtivo é um espaço de convivência entre os gêneros, no qual a mulher tem um papel subalterno, visto como ajuda.

Os grupos autônomos de agricultoras por remetem à experiência familiar e religiosa, constituem-se espaços terapêuticos que possuem um contexto enriquecido no sentido de proporcionar condições de prevenção e promoção da saúde, sensibiliza os participantes quanto às vivências emocionais, possibilita a expressão das tensões e sentimentos, amplia a percepção e estimula a criatividade. No entanto, a profissionalização dos grupos e a criação de ONGs podem ter contribuído na descaracterização do movimento enquanto organização genuinamente popular[7]. Sendo assim, faz-se necessários a realização de estudos que abordem grupos autônomos de mulheres, que iniciaram as atividades na década de 80, e que ainda permanecem atuantes. Para compreender a dinâmica, atuação e contribuição na formação e fortalecimento do papel da mulher na sociedade. Com vista a preencher essa lacuna, o artigo tem por objetivo compreender a utilização do grupo como espaço de emancipação, valorização e resgate do trabalho da mulher rural.

MÉTODO

Consiste em um estudo qualitativo, vinculado ao projeto "Plantas bioativas de uso humano por famílias de agricultores de base ecológica na Região Sul do Rio Grande do Sul", realizado pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, com a parceria da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Clima Temperado).

O estudo foi realizado no interior do município de Pelotas, na região sul do Rio Grande do Sul. Participou um grupo de 15 agricultoras, que residem nas localidades de

Rincão da Cruz, Colônia Cristal, Colônia São Manoel, Colônia Municipal, distantes 50 km da sede do município.

Este grupo iniciou sua organização em 1988, posteriormente à atividade de capacitação que abordava o cuidado com plantas medicinais, desenvolvido por religiosas da Igreja Católica de Pelotas. Após essa capacitação, as mulheres deram continuidade aos encontros, os quais eram realizados inicialmente nas suas residências e, mais tarde, passaram a ocorrer no salão da igreja local, sede atual do grupo[8]. Desde então se reúnem mensalmente de março a outubro. A dinâmica das reuniões é constituída por diferentes oficinas coletivas, nas quais elaboram receitas caseiras a partir de plantas medicinais, realizam trabalhos manuais como pintura, crochê, reciclagem de tecido e plástico, conversam sobre assuntos de interesse comum: serviço de saúde oficial, lazer, cuidado dos filhos, da casa e da plantação e alimentação saudável.

O primeiro contato com o grupo iniciou com uma agricultora ecológica, que por muitos anos participou do movimento de mulheres camponesas, que assessora o grupo uma vez ao mês, há mais de 18 anos. O vínculo com o grupo foi lento e iniciou antes da pesquisa propriamente dita. A pesquisa de campo ocorreu de agosto a outubro de 2011 e de março a junho de 2012. O local de estudo foi o salão paroquial da Igreja Católica, onde o grupo se reúne. Os encontros foram agendados e gravados após a assinatura Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todas as integrantes do grupo.

Para a coleta de dados, foram realizados observação participante, grupo focal e entrevistas individuais. Para resguardar o anonimato das colaboradoras os dados foram identificados por códigos que utilizam a letra M de mulher, as iniciais do primeiro nome da participante e a idade. Foi realizado o acompanhamento de 10 encontros do grupo, nos quais foram feitas três observações participantes de aproximadamente 120 minutos e dois grupos focais com a intenção de dramatizar o cotidiano de cuidado na família.

O referencial antropológico interpretativo de Geertz[9], que compreende a cultura como uma construção social dinâmica, tecida pelas ações cotidianas e pela interação interpessoal, norteou a análise. A qual foi dividida em 4 etapas, conforme descrito por Triviños[10]: pré-análise, exploração do resultado, interferência e interpretação dos resultados, nas quais emergiram duas categorias: o grupo como local de valorização e resgate do trabalho da mulher rural e o grupo como espaço de emancipação.

Em todo o percurso os preceitos éticos foram respeitados, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Pelotas,

sob o número 072/2007. As participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias e foram informadas sobre a proposta do estudo, objetivos, bem como sobre o anonimato das informações fornecidas e o direito à desistência durante o processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 15 mulheres com idades entre 20 e 77 anos, sendo que oito têm mais de 60 anos. Todas elas residentes na área rural do município de Pelotas/RS. Com base na faixa etária, observa-se uma heterogeneidade, que une diferentes gerações, contrapondo-se ao modelo socialmente encontrado na sociedade atual, na qual há uma rígida separação entre os interesses dos idosos, adultos e jovens. Essa peculiaridade constitui a riqueza e a diversidade desse grupo, que aproxima gerações em um objetivo comum.

Quanto à participação no grupo, constatou-se que o tempo médio ficou em 13 anos, sendo que quatro mulheres participam desde a fundação. Em relação à escolaridade, doze mulheres possuem ensino fundamental incompleto, duas ensino fundamental completo e uma ensino médio completo. Esse dado corrobora aquele encontrado em estudo realizado em 2015, que avaliou os determinantes socioambientais da população rural no Brasil e identificou que a maioria dos habitantes da zona rural não possui o ensino fundamental completo[11].

2.2.1 O grupo como local de valorização e resgate do trabalho da mulher rural

O grupo iniciou suas atividades no início da década de 80, período em que no Brasil iniciava o processo de redemocratização e o feminismo brasileiro entrava em uma fase de grande efervescência na luta pelos diretos das mulheres. O movimento feminista aproximou-se dos movimentos populares de mulheres de baixa renda e ampliou os temas abordados. A violência, o direito à terra, o direito à saúde, o direito à educação, o direito à aposentadoria rural para a mulher, o direito à habitação, a luta contra o racismo e o direito à opção sexual passou a fazer parte da pauta do movimento[1]. As agricultoras se fizeram presentes nas lutas do campo, seja reivindicando direitos sociais ou específicos. Fato também observado nos relatos do grupo estudado, essas agricultoras atuaram ativamente na luta pelo direito da aposentadoria rural para mulher.

> *MA77 - Nós participamos do movimento para a aposentadoria rural da mulher, ficamos acampadas na frente do INSS,*

> *nós queríamos muito esse direito, porque a gente trabalha que nem homem.*

A aposentadoria, para esse grupo, significou mais do que o recebimento monetário, trouxe o reconhecimento do trabalho da mulher, a tornou mantenedora do sustento da família e lhe deu o poder de participar das decisões referentes à aplicação de recursos tanto no âmbito familiar como na comunidade. Essa era uma condição inexistente a muitas delas antes da aposentadoria, pois a fonte de renda da maioria das famílias representadas nesse grupo advém da venda de produtos agropecuários produzidos em regime de trabalho familiar. Nesse modelo todo o recurso é utilizado para suprir as necessidades da família, sendo na maioria dos casos administrados pelo homem, que também é o responsável pela venda dos produtos[12].

> *MO57 - O dinheiro do artesanato não fica com o grupo, mas com quem fez o artesanato. Pois quem não é aposentada, como eu, não recebe salário, e assim já ajuda a mulher, ela tem o seu dinheirinho.*

No Brasil, a mobilização de agricultoras ganhou destaque no processo constituinte com a ampliação do direito à seguridade social por meio da garantia da aposentadoria. Essa conquista representou uma importante medida de distribuição de renda das últimas décadas. As agricultoras conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos não altere automaticamente a relação familiar e sua responsabilização pelo trabalho doméstico[13].

Esse grupo tem contribuído, também, que suas participantes vivenciassem a efetivação dos direitos da mulher na esfera familiar e social, ação primordial à autonomia da mulher[14]. Fato evidenciado nas falas a seguir. No entanto, também, torna-se vital para a manutenção dos direitos conquistados, não penas das agricultoras, como de todos os dedicam ao desenvolvimento de atividades laborais no campo.

> *MD 32 – Aqui no grupo a gente aprendeu a aproveitar os alimentos, a cultivar a horta sem agrotóxico, a fazer trabalhos manuais…. Agora eu tenho a minha horta separada, e sempre que alguém (familiares e vizinhos) precisa vai lá e pede uma verdura novinha que faz bem à saúde.*
>
> *MR63 – O bingo do grupo deu tanto sucesso, que agora a comunidade quer que as mulheres organizem*

> *um bingo para a comunidade.*
>
> *MD58 – Nós mesmos contratamos e decidimos tudo que precisava ser feito para reformar a cozinha e a sala que o grupo usa, tudo pago com nosso dinheiro.*

O trabalho sempre foi importante dentro do movimento feminista, em especial no rural, onde o papel da mulher sempre foi visto como auxílio[14]. Considerar trabalho os inúmeros afazeres da mulher dentro de casa e nas pequenas propriedades foi fundamental para que elas se tornassem mais visíveis e, consequentemente, mais valorizadas. O trabalho remunerado é fundamental, pois numa sociedade regida pelo capital, na qual quase tudo o que se consome é comprado, o acesso da mulher a uma fonte de renda possibilitou torná-la mais independente e participativa tanto nas decisões domésticas, quanto da comunidade, corroborando com dados observados em estudo internacional que discute o papel da mulher na agricultura[15].

O reconhecimento do trabalho da mulher rural tem sido o ponto principal das reivindicações do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que luta para que todas as envolvidas na produção agrícola sejam consideradas agricultoras e não do lar. O mesmo foi relatado pelo grupo, evidenciando uma consonância com o MMA:

> *MR63 - A vida das mulheres da roça é agitada, tensa. E, por trás disso, as mulheres fazem um monte de coisas minuciosas, dentro de casa, que não aparece. É cuidar da casa, dos filhos, da horta, dos bichos, porque se tem variedade de bichos na colônia, dar atenção para o marido, fazer a comida.*

Os dados evidenciam que esse grupo, mesmo vivendo em uma comunidade afasta, que possui dificuldade de acesso aos grandes centros, composto por a maioria de mulheres que possuem apenas o ensino fundamental. E que não se utilizavam das redes sociais, na época da coleta de dados, compartilham das mesmas reivindicações do movimento de mulheres agricultoras originário da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Fato que denota que essas reivindicações não são apenas restritas aos movimentos organizados. E que esse grupo está atento ao que acontece a mulher rural no âmbito nacional, proporcionando que suas participantes integrasses discussões como a divisão do trabalho e o reconhecimento do papel da agricultora.

Essas mulheres não aceitaram permanecerem no lugar que lhes foi atribuído como local de permanência: a casa e seus arredores[16]. Organizaram uma dinâmica de

resistência, que permitiu o fortalecimento umas das outras, formaram um espaço de exercício da cidadania, de valorização do papel da mulher na família, na sociedade e de expressão do pensamento, que permitiu que mulheres de diferentes faixas etárias dividissem suas experiências de vida, contribuindo para o crescimento e fortalecimento de todo o grupo.

Esse espaço, no entanto, não foi conquistado sem luta, assim como todas as conquistas femininas. Houve embate e contradições, o opressor relutou frente a possibilidade da oprimida se libertar, os novos direitos conquistados lhes parecem uma profunda violência ao seu direito individual. Mas como somente a oprimida pode realmente se libertar superando as contradições em que se encontrava[16], o grupo agiu como ponto de apoio e permitiu que cada mulher à sua maneira e no devido tempo vivenciasse essa conquista:

> *MD58 - No início o marido não queria, mas eu não conseguia ficar só em casa. Comecei aos pouquinhos, no início era mais reunir para rezar, depois reflexão. Fui melhorando muito, melhorou a cabeça. Com o trabalho aqui, como passou a funcionar melhor a cabeça!*

> *MM57 - Foi dando ânimo, isso fortalece, isso mexe com o teu interior, com o teu ser, com os teus neurônios, com tudo, muda tudo, para uma coisa diferente. É uma coisa que a pessoa, gosta, e, sem dúvida, está mudando as nossas vidas.*

Esse espaço permitiu que as reflexões sobre as práticas do cotidiano evidenciassem novas oportunidades e consagrassem o ato de tornar-se mulheres, mães, agricultoras, artesãs, cuidadoras, educadoras, facilitadoras e formadoras de opinião. As falas demonstram que esse grupo, ao longo de mais de 20 anos, cumpriu mais do que o seu objetivo inicial, capacitar mulheres rurais ao cuidado com uso de plantas medicinais, revelou novos horizontes, integrou, acolheu, empoderou, deu autonomia e permitiu o diálogo com outros setores da sociedade, contribuindo para a permanência, dessas mulheres no território rural.

> *MO57 - Uma vai aprendendo com a outra... lá em casa eu faço as coisas assim, a outra já diz: lá em casa eu faço assim. Aí a gente vê e pensa como eu faço, então a gente já vai mudando com o exemplo das outras.*

MC23 - Eu tomava muita medicação, vivia chapada de remédio, faixa preta para dormir, para ansiedade. Hoje, por causa do grupo, eu uso muito mais as plantas, que os antidepressivos. Isso mudou a minha vida!

MR30 - Na última reunião veio uns pesquisadores de uma empresa e duas mulheres de outro grupo aqui de perto nos convidar para participar de um dia de campo onde vão nos mostrar na prática como funciona o equipamento pra gente poder extrair os extrato das plantas. Vamos ver se o dia vai acontecer, para nós irmos.

As ações desenvolvidas de troca de mercadorias, de cooperação, de guardiãs das espécies nativas e sementes crioulas, atuam como ponto de resistência cultural, que se opõe ao modelo vigente, garantindo a sustentabilidade local, além de inserir a mulher rural no convívio social, espaço antes exclusivo de homens, contribuindo para desnaturalização dos papéis tradicionais. Este fato também foi identificado por estudo realizado com um grupo de mulheres trabalhadoras em Santa Cruz da Baixa Verde-PE, Brasil[18].

MM60 - O importante desse grupo é que as mulheres, as famílias, fazem questão de manter a cultura de troca de plantas e alimentos. Quando uma família perde uma planta elas correm atrás para encontrar até repor.

MM50 - Antigamente não existia farmácia. Nossos antepassados viviam da natureza de Deus. E agora, que está tudo mudado, é bom bater em cima de novo. Claro que não existem as plantas como eram antigamente, bem limpinhas, mas ainda em muitos lugares têm plantas medicinais muito boas. E nós podemos conservar a nossa horta sem o agrotóxico. Tem que cuidar também, porque não adianta a gente pegar o agrotóxico e fazer um chá.

MO65 – Eu estou colhendo muitas plantas que a gente sabe que agora no inverno caem as folhas, eu já colhi e já sequei. E agora eu guardo para usar. Têm vários chás

> *que eu seco para ter na época de inverno. Na minha casa eu não consigo criar um pé de guaco, pois a geada mata ele. Ele até chega a crescer um tanto, mas a geada mata, então eu trago lá da minha mãe, da minha irmã, trago para casa e seco também. Para fazer chá para gripe, fazer xarope.*

A partir dos dados, pode-se afirmar que o grupo tem desenvolvido atividades que vão além da sociabilidade, que valoriza e resgata o trabalho da mulher, propiciando a redescoberta de suas raízes e virtudes, além de ter oportunizado a construção de soluções acessíveis na própria comunidade aos seus problemas cotidianos, como a adoção de práticas de cultivo agroecológicas. Delineou-se, assim, novas perspectivas de vida e saúde a curto e longo prazo. As mulheres já podem considerar sua permanência no espaço rural como algo mais acalentador do que uma vida incerta na zona urbana.

O mesmo impacto não tem se observado nas atividades desenvolvidas no âmbito nacional, por órgãos governamentais que buscam o desenvolvimento rural, através da transmissão de conhecimentos, valores e conceitos modernos exigidos pelo agronegócio, e nas ações propostas na Política Nacional Integral do Campo e da Floresta[4], que desenvolvem atividades para as mulheres rurais e não com elas. Essas ações têm permanecido no nível abstrato, não conseguindo atuar como um local de emancipação, pois se distância da realidade das condições das mulheres rurais no Brasil, não conseguindo aproximar as discussões teóricas do cotidiano vivido.

2.2.2. O grupo como espaço de emancipação

Os dados evidenciaram que o grupo constitui um espaço de emancipação e autonomia, no momento em que permitiu que as mulheres produzissem artesanatos, produtos de limpeza e fitoterápicos; os vendesse e administrassem esse recurso de acordo com suas necessidades e desejos. Muitas dessas mulheres, como já se afirmou anteriormente, só obteriam uma renda na aposentadoria. Esse espaço permitiu que as mesmas tivessem uma renda que lhe possibilitasse fazer escolhas mínimas, como realizar um passeio e exercer o direito civil de autonomia com relação à locomoção, oportunizando vivenciar o processo de libertação da condição de dominação que conduz à perda da individualidade e da vontade própria, corroborando com estudo realizado em Santa Cruz da Baixa Verde-PE[18].

> *MM60 – Eu diria que foi uma coisa maravilhosa que apareceu na minha vida. Se*

> *não fosse o grupo... muitos lugares que nós já fomos juntos... É, tão bom a gente sair e passear, então é uma coisa que, se a gente não fazia, a gente não tinha. Por exemplo, fomos na Fenadoce no ano passado, fomos a São Lourenço, tudo com dinheiro que a gente juntou aqui no grupo. Porque muitas mulheres que fazem parte do grupo não têm dinheiro. Eu, agora mesmo, já tenho aposentadoria, tenho o meu dinheiro, mas muitas vezes não tem como pagar... A gente simplesmente tem que pegar o ônibus, pagar a passagem, então é difícil... Mas com o dinheiro do grupo a gente vai, por isso que a gente pretende fazer do novo o bingo, para passear.*

Espaços como esse nos quais não há a participação de intelectuais em sua formação e manutenção, costumam não reproduzir as estruturas de poder e opressão dominante, sendo construídos a partir dos valores dos sujeitos que os compõem, tornando-se espaços de interação e emancipação, favorecendo a fala e a escuta[17-18]. Apresenta-se como espaço de reciprocidade, onde há divisão de tarefas, realizações e frustrações da vida cotidiana, contribuindo para a solução de problemas relacionados ao processo de trabalho no campo e na melhora da qualidade de vida e saúde, indo ao encontro dos objetivos propostos na Política Nacional de Saúde para população do campo e da floresta[4].

> *ML50 – No grupo a gente compartilha, também, ajuda... conversa com as pessoas, dialoga.*
>
> *MD54 – Eu acho uma coisa boa, assim a gente tá toda ansiosa, aí a gente vai trocando ideia, aprendendo.*
>
> *MC36 – Um ajuda o outro.*
>
> *MR60 – É uma nova família.*
>
> *MO57 – A gente faz muita coisa junto. Eu, mesmo agora, que a fulana mora perto, e eu e meu marido somos só nos dois, ela me ajuda e nós fizemos para mim e para ela também. Assim eu não preciso pagar uma ajudante. A gente faz essa troca, isso até com outros vizinhos, se precisa*

ajudar algum eu ajudo e se eu preciso ela me ajuda.

Esses espaços, conforme demonstram as falas a seguir, são propícios para conhecer os construtos históricos e culturais dessa sociedade sem correr o risco de apenas conhecer a face que o poder dominante permite. A submissão e a falta de voz da população rural iletrada, dos tribais, dos extratos mais baixos do subproletariado urbano, é ainda mais acentuada no caso da mulher, pois no contexto da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar[19]. Porém, por meio da solidariedade e através de uma política de alianças, pode falar e fazer conhecidas suas condições.

MM60 - O grupo resgata um pouco dessas qualidades que as mulheres têm e que não aparece. Nós dificilmente vamos à cidade e compramos um jogo de lençol pronto, normalmente a gente compra o tecido, até porque é mais barato, e a gente traz para casa e a gente que faz. Se quer uma toalha mais delicada para uma festa ou para um fim de semana, para um domingo, para que a casa fique mais bonita, ela não vai lá na loja e compra aquilo pronto, ela faz também. Só que isso pra muitos não tem valor.

MO57 – Eu aprendi, no grupo, a pintura em tecido. Eu aprendi a fazer crochê, eu não conseguia segurar a agulha, a fulana sabe por que passou trabalho comigo, eu dizia: eu vou aprender! Não faço tão bem feito, mas faço as minhas coisinhas. Aí tem um domingo em que a gente não tá trabalhando na lavoura, aí é uma coisinha que distrai e a gente gosta de fazer. Vai, vai, e o movimento deu certo! É uma coisa que eu gostei, e se não fosse vir no grupo não ia aprender nunca.

Evidenciou-se a crescente participação das mulheres rurais em atividades sociais, desenvolvidas fora do âmbito privado da família, dividindo essas atividades com uma jornada dupla e\ou tripla de trabalho[18]. Dentre estas atividades destaca a participação em associações de agricultores, grupos comunitários, agregação sociocultural e das congregações religiosas, nas quais buscam estar presentes nas reuniões e contribuem na

tomada de decisões importantes para a localidade[18].

No entanto, constatou-se que, para exercer essa atividade, a mulher assume uma carga de trabalho estafante, pois como é responsável por cuidar da casa, da família, da horta e dos pequenos animais, necessita realizar essas tarefas antes de poder sair para participar do grupo. Essa condição só se modifica quando ela tem uma filha, nesse caso a mulher passa a ter uma condição diferenciada, tem com quem dividir as tarefas, o cuidado da casa e dos demais membros da família. Cria-se uma relação de reciprocidade, que se permanece mesmo após a filha já ter saído de casa, mesmo nos casos em quem moram em regiões mais afastadas, como é o caso das que fixam residência na zona urbana.

> *MO60 - A gente, levanta mais cedo no dia do grupo, faz toda a lida, faz a comida pro marido e deixa em cima do fogão.*
>
> *MD47 - (risos) Se deixa na geladeira, ele não acha.*
>
> *MD50 – O serviço fica lá esperando, ou tu não vem, não tem escolha, né. Quanto tu tem uma filha grande é outra coisa.…*
>
> *ME57 – Quando eu preciso de alguma coisa, ou estou doente, a minha filha que mora na cidade vem me ajudar.*

Nesse contexto os afazeres próprios da mulher rural a aprisionam nas atividades cotidianas do lar, o que torna muito difícil a participação em outras atividades, como estudos, encontros de trocas de saberes. Portanto, para que essas mulheres possam participar das atividades do grupo, elas se utilizam desse espaço como um lugar para refazer e iniciar laços sociais com outros núcleos familiares, onde todo o conhecimento aprendido é imediatamente revertido em um bem para as famílias. Os produtos elaborados no grupo como xaropes, infusões, pomadas, detergentes e sabão são igualmente divididos e levados para casa, portanto, são revertidos em um bem de uso da família. Sendo assim, os maridos e filhos passam a aceitar essas atividades que, de certa forma, revertem-se em um benefício comum, e justificam a ausência da mulher no espaço doméstico.

> *MR50 - ... porque no grupo, aqui, as mulheres começaram a fazer detergente de louça, clorofina e desinfetante de banheiro, e não compram mais em supermercado, todos os meses o grupo faz alguma coisa. As mulheres levam isso bem baratinho*

> *para casa. É mais barato, bem mais barato.*
>
> *MO57 - A renda da festa anual que o grupo organiza na comunidade é usada para a realização de passeios e pagar as inscrições das participantes em cursos de interesse coletivo.*

A venda dos produtos, realizados no grupo, contribuiu para inserir a mulher em um campo que por muitos anos foi de domínio masculino, ultrapassando o limite da geração de renda, tornando-se uma forma de reconhecimento de seu valor, rompendo com a cortina da invisibilidade[18].

Esse grupo consagrou-se como um espaço de emancipação da mulher rural. Tem concentrado esforços em reconhecer as necessidades e especificidades de cada integrante, com o objetivo de desenvolver estratégias que permitam atuar sobre os problemas, reconhecendo e valorizando seus saberes e práticas, ao mesmo tempo em que as capacita para o exercício da cidadania e para a desnaturalização de concepções e valores que impõem à mulher um papel secundário nas atividades decisórias do âmbito social ou familiar, que contribuem na opressão e exploração da mulher rural.

Esse estudo comprovou que grupos comunitários não são formados a partir das iniciativas das equipes de saúde, desenvolvem atividades que não são centradas na medicalização, na doença, ou seja, no sistema biomédico. Por isso tornam-se espaços propícios para ao diálogo e ao cuidado transcultural, bem como ofertam as condições necessárias para as mudanças do estilo de vida. Estudo aponta que as estratégias dos grupos atuais não conseguem atingir esses pontos considerados frágeis na atuação das equipes de Atenção Primária de Saúde. As atividades comunitárias não propiciam o diálogo entre profissionais de saúde e comunidade, embora tenha-se buscado uma mudança na forma de trabalhar com esses grupos e se tenha algumas experiências exitosas, no entanto são incipientes[20].

CONCLUSÃO

Constata-se que esse grupo tem desenvolvido atividades criativas ao longo de duas décadas, com um olhar voltado para as necessidades da comunidade, em especial das agricultoras; utilizando uma prática culturalmente aceita, instrumentalizando-se para o cuidado das famílias, dos animais, da plantação e do ecossistema, propiciando a criação de um ambiente saudável para viver. E, assegurando as condições necessárias para que essa mulher permaneça no espaço rural, tornando-se uma resistência, visto que muitas famílias já migraram para urbano.

Essas mulheres atuam como agentes de transformação, construindo estratégias de superação das contradições de sua realidade, o que as tem capacitado a assumir um papel estratégico no desenvolvimento da promoção da saúde e qualidade de vida da comunidade, devendo ser integradas nas discussões sobre saúde realizadas pelos órgãos oficiais.

A pesquisa permitiu observar que existem outras formas de controle social e grupos comunitários que atuam nos condicionantes e nos riscos da saúde dos indivíduos e famílias, além dos desenvolvidos pelas Equipes de Saúde e a Extensão Rural da Emater. Muitas dessas atividades encontram-se no rol das ações previstas na Política Nacional de Saúde Integral do Campo e da Floresta, evidenciando a necessidade de aproximação dos profissionais com esses grupos comunitários, com vistas à troca de experiências, ao levantamento de problemas e à busca de soluções através de ações e iniciativas socialmente viáveis que atendam as especificidades da comunidade.

Nesse ínterim, destaca-se a importância para a enfermagem, em especial ao enfermeiro que atua na Estratégia de Saúde da Família, a aproximação com esses grupos comunitários, visto que esse processo fortalecerá a integração com a comunidade e possibilitará o estabelecimento, em conjunto, de metas e prioridades referentes às ações prioritárias para a saúde das populações rurais. Isso permitirá a oferta de um cuidado qualificado, com base nas necessidades dos usuários, bem como o fortalecimento da política nacional de saúde da população que vive em áreas rurais.

REFERÊNCIAS

1. Pinto CRJ. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polít. [Internet]. 2010 [cited 2018 mar 19]; 18(36):15-23. Available from:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=pt&nrm=iso>.

2. Almeida SRG. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. Estudos Feministas [Internet], 2013 [cited 30 mar 30]; 21(2):336. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200019&lng=en&nrm=iso>.

3. Beauvoir S. O Segundo Sexo: A experiência vivida. São Paulo: Difusão do livro; 1980.

4. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

5. Medeiros LCM, Cabral IE. O cuidar com plantas medicinais: uma modalidade de atenção à criança pelas mães e enfermeira-

educadora. Rev Latino-Am Enfermagem. 2001; 9(1):18-26.

6. Valenciano RC, Thomaz AJ. O papel da mulher pela luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe. Revista Geo Cien Soci. 2002; 6(119):26-24.

7. Piscitelli AGa. "Re-criando a categoria mulher?" In: Algrantl LM (Org). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH/UNICAMP; 2002.

8. Thum M, Ceolin, T, Borges AM. Perception of the health–illness process of women living in rural area. J Nurs UFPE on line [Internet], 2011 [cited 2018 mar 18];5(3):734-740. Available from: http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/viewFile/1640/pdf_486

9. Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC; 2008.

10. Triviños ANS. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas; 2009.

11. Soares RAS, Moraes RM, Vianna RPT, Pessoa VM, Carneiro FF. Determinantes Socioambientais e Saúde: o Brasil Rural versus o Brasil Urbano. Tempus (Brasília). 2015; 9(2):221-35.

12. Heck RM, Langdon EJ. Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural. In: Minayo MCS, Coimbra C(Orgs). Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro:FIOCRUZ; 2002.

13. Farias PG, Ayres A, Alvim NAT. O diálogo com gestantes sobre plantas medicinais: contribuições para os cuidados básicos de saúde. Acta sci., Health sci. 2004; 26(2):287- 294.

14. Becher C, Klanovicz J. Mulheres Camponesas e os Desafios do Acesso às Políticas Públicas para Igualdade de Gênero. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. 2016; 7(2):159-177.

15. Sousa LP, Guedes DR. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos Avançados. 2016; 30(87):123-139.

16. Damatta R. A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco; 1997.

17. Freire P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

18. Jalil LM, Silva FM, Egger DS, Moraes LM, Calvet PS. Lugar de mulher é na Feira Agroecológica: reconfigurações do espaço feminino em Santa Cruz da Baixa Verde. Cadernos de Agroecologia. 2013; 8(2):1-5.

19. Spivak GC. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG; 2010.

20. Fernandes MTO, Soares SM. El trabajo con grupos en Salud Familiar y estrategias para el cuidado transcultural. Revista Uruguaya de Enfermería. 2013,8(2):43-54

Correspondência:
Angela Roberta Alves Lima
Doutorando do Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da UFPel. Campus Porto (anglo) Faculdade de Enfermagem - 2ª andar
Rua Gomes Carneiro, 01
Centro Pelotas – RS. - 96010-610
E-mail: angelarobertalima@hotmail.com

Recebido: 29/01/2019
Aceito: 16/02/2019